

Editorial

José Ignacio Rivas Flores^[a] & Fátima Pereira^[b]

^[a] Instituto de Investigación en Formación de Profesionales de la Educación, Departamento de Didáctica y Organización Escolar, Universidad de Málaga, Málaga, Espanha.

^[b] CIEE-Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

A Escola Pública, nestes tempos de avanço neoliberal e de deriva neoconservadora, encontra-se numa situação complexa que exige uma ação decisiva, quer das políticas públicas, quer de uma reflexão profunda sobre as suas raízes epistemológicas, ideológicas e políticas. O atual jogo de hegemonias, desde a económica à cultural, passando pela ideológica, está a pôr em causa a Escola Pública como instituição de um sistema democrático orientado para a diversidade, o respeito, a equidade e a emancipação. O foco é colocado numa falsa ideia de liberdade, baseada na regra da individualidade, que se traduz no aumento da comercialização da educação, na luta pela excelência excludente e na qualidade segregadora.

Na nossa perspetiva, a Escola Pública representa um espaço privilegiado de convivência cultural, social e política, pois representa uma conquista social e histórica em prol de uma sociedade mais justa. É o espaço em que todos partilhamos experiências, dialogamos sobre elas e avançamos juntos, mesmo na diversidade, para a concretização dos ideais sociais de justiça, igualdade, liberdade e solidariedade. Também, entendendo que não somos ingénuos, é um espaço de confronto ideológico, político e cultural, e não está isento de conflitos que emanam dessa mesma diversidade, sobretudo quando é abordado a partir de posições essencialistas, fundamentalistas e excludentes que anulam o diálogo e a construção partilhada.

É necessário falar da Escola Pública em dois planos: como abordagem político-institucional e como espaço de relações no interior da vida escolar (Pereira, 2019). Por um lado, é preciso desenvolver políticas públicas que estabeleçam as condições para uma escola universal, gratuita, laica e obrigatória, de acordo com os ideais republicanos de educação (Condorcet, 2001). Isso significa romper com a inércia mercantilista da hegemonia neoliberal e seu compromisso com uma escola privada. O mandato modernista que se construiu ao longo do século XIX e parte do século XX (Cortés González et al.; Hamilton, 1989; Pereira, 2013; Pineau et

al., 2001; Zufiaurre & Hamilton, 2015), centrado na formação de uma cidadania moral adequada à configuração dos emergentes estados modernos, em paralelo com a formação de futuros profissionais para a nascente sociedade industrial (Díaz Narbona & Rivas Flores, 2007), foi subvertido, mantendo-se este último como hegemónico.

A desvalorização da Escola Pública em favor do ensino privado ou subsidiado, como resultado das perspectivas neoconservadora e neoliberal, está a desempenhar um papel importante neste sentido, contribuindo para a geração de um mercado educativo segregador e excludente; neste cenário mercantilizado, está a ser relegada para um papel subsidiário, a fim de atender àqueles que permanecem fora das margens deste mercado educativo (Rivas Flores, 2010). Em todo o caso, a Escola Pública deve ser vista como um fator de coesão social, de progresso democrático e de justiça social, na perspectiva da garantia dos direitos humanos básicos, ligados à promoção social, ao acesso à cultura e ao conhecimento e à participação nas dinâmicas sociais e políticas.

A luta pela Escola Pública, nesta perspectiva, insere-se na luta histórica pelos direitos sociais e universais que nos constituem como cidadãos/os livres e responsáveis. Fazer parte de uma sociedade ou de um coletivo humano envolve três eixos fundamentais: identidade, reconhecimento e participação. Em primeiro lugar, a Escola Pública permite-nos pensar numa sociedade plural, diversa e complexa, na qual coexistem diferentes opções sociais, políticas e ideológicas. Uma Escola Pública, com uma única orientação ideológica, não garante a identificação com a sociedade global, mas sim com um ponto de referência parcial, distorcido e discricionário. Por isso, atua no sentido oposto ao que propomos. Em segundo lugar, este processo identitário cria as condições para se ser reconhecido como sujeito no seio do coletivo, garantindo assim o acesso a direitos fundamentais, a dinâmicas sociais complexas e a fazer parte de um projeto comum. Em terceiro lugar, este reconhecimento é a base sobre a qual se constrói a participação individual e coletiva de todos/as, na medida em que nos sentimos corresponsáveis e participantes nesta construção global, independentemente da nossa posição particular.

Nesta perspectiva, é urgente e necessário apoiar o projeto da Escola Pública, que transcende a responsabilidade do Estado na organização e garantia do sistema educativo. Enquanto instituição moderna e pilar da sociedade atual, o Estado é responsável por garantir a sua viabilidade, mas é também necessário construir o projeto político e social da Escola Pública. Ou seja, estabelecer um vínculo com a comunidade e a corresponsabilidade no seu desenvolvimento; gerar um espaço de participação pública, livre e respeitosa; produzir processos de construção de conhecimento crítico, comprometido e complexo; desenvolver práticas de governança democrática e participativa, para todos/as; garantir os direitos plenos de cada criança em relação às suas escolhas pessoais, em todos os sentidos; estabelecer práticas interculturais que permitam o diálogo e o debate aberto entre diferentes possibilidades sociais,

culturais, étnicas, económicas, etc.; garantir um espaço de convivência livre de violências de toda ordem; etc.

A Escola Pública deve agir com base no princípio da soberania dos sujeitos e dos coletivos, fora das tutelas que tradicionalmente têm desempenhado um papel nos sistemas educativos: o Estado desde a sua origem na modernidade e o mercado nos tempos neoliberais atuais, que impõem a sua lógica e os seus objetivos. É de notar como as instituições orientadas para a defesa do mercado livre se assumem como mentoras da educação, definindo a sua orientação, os seus conteúdos, os seus objetivos e o seu funcionamento, através de instrumentos como os testes de avaliação internacional, a presença em fóruns educativos ou a imposição de determinadas necessidades de formação para o mercado de trabalho.

A Escola Pública insere-se, portanto, na luta social pelos direitos e liberdades universais, pessoais e coletivos. Assim, a linguagem da educação deve ser estabelecida em termos de liberdade, justiça, equidade, emancipação, interculturalidade, inclusão e solidariedade, e não nos termos em que o debate educativo se desenrola atualmente: qualidade, excelência, currículo único e homogêneo, mérito, talento, esforço, regulação, avaliação e exclusão. É necessário construir uma nova narrativa da Escola Pública baseada nestes princípios humanistas básicos e deslocar o debate educativo para estes termos. Se formos capazes de gerar esta outra narrativa, seremos capazes de mudar a realidade da Escola e o seu papel na construção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, os artigos aqui apresentados podem ser um bom ponto de partida para esse fim, pois permitem o diálogo a partir de parâmetros de justiça social, direitos humanos e equidade educacional.

Em síntese, entendemos a Escola Pública como "a opção ideológico-política que compreende a educação como um processo de construção coletiva em favor da emancipação e da vida democrática" (Rivas Flores, 2017, p. 218). Essa forma de entendê-la vincula-nos, necessariamente, a uma forma de compreender a sociedade e o mundo em que vivemos, a partir de valores antropológicos e humanistas básicos, como já definimos. Neste sentido, interessa o conceito de *Communitas* de Esposito (2003), que nos coloca perante um compromisso coletivo de superação das carências que nos caracterizam. A Escola Pública, portanto, deve ser entendida a partir desse princípio de solidariedade que esse autor nos apresenta, que coloca em pauta questões como cooperação e apoio mútuo, que rompem com a hegemonia do individualismo neoliberal para pensar em termos de um princípio de construção coletiva. Isto significa pensar a Escola mais como um problema político do que como uma questão didático-organizativa, em que a experiência vivida estabelece as condições para a construção da cidadania nos termos que temos vindo a defender.

Os artigos apresentados nesta edição da revista pretendem ser um contributo para a valorização da Escola Pública face às vicissitudes do atual sistema neoliberal. Todos eles oferecem experiências relevantes onde o sentido da educação pública aparece como uma

condição necessária e relevante. Assim, destacam questões de interculturalidade, de diversidade epistemológica, social e étnica, de fortalecimento da democracia, de desenvolvimento de políticas públicas e de exercício do direito à educação. Tudo isso em contextos geográficos, políticos e culturais diversos.

O primeiro artigo, “Da escola pública para a universidade pública: Porque não é só entrar, é permanecer!”, de Jacira Barbosa, leva-nos ao Brasil. Uma sociedade caracterizada por grandes desigualdades sociais e raciais, entre outras. Esta é uma grande desvantagem para as hipóteses de permanência dos/as alunos/as no sistema, especialmente nas fases superiores do sistema. Neste caso, a autora situa-nos no ensino superior, no quadro da universidade pública e das políticas de ação afirmativa e de inclusão dos anteriores governos progressistas. O estudo centra-se nas trajetórias educativas de grupos pobres e racializados e no exercício real do seu direito à educação, ao longo do sistema de ensino obrigatório e pós-obrigatório. Os resultados mostram um percurso incipiente, ainda com graves lacunas, enquanto as desigualdades sociais e económicas persistem, apesar do seu acesso ao ensino superior. Os percursos escolares oferecidos mostram os graves problemas dos níveis iniciais e intermédios e as dificuldades que estes grupos enfrentam para permanecer no sistema educativo.

O segundo trabalho, “Responder e corresponder em tom menor: A produção do comum em uma escola que garanta lugar para cada um”, de Clarissa Nicolaiewsky e Teresa Gonçalves, focaliza o conceito de comum como processo de construção coletiva em uma escola pública do Rio de Janeiro. Metodologicamente, propõe-se uma pesquisa-ação como a forma mais adequada para acompanhar um processo de mudança e transformação, promovido por toda a comunidade. A ênfase é colocada nas ações quotidianas, capazes de gerar pequenas ruturas que envolvam transgressões das dinâmicas convencionais. Para além das políticas globais, as formas de “habitar” a escola implicam processos de transformação, na perspetiva do comum como motor da mudança. O cuidado mútuo, o respeito, a diferença, a escuta entre todos os participantes, apoiados no processo de investigação-ação, são colocados no centro da educação e do sentido de construção coletiva da escola.

O terceiro dos artigos, “Conhecimento-emancipação numa escola quilombola: O princípio da comunidade e a resistência histórica e atual”, de Kenia Silva, Maria José Magalhães, Margarida Felgueiras e Carlos Santana, convida-nos a uma reflexão profunda sobre como a Escola Pública atende aos coletivos racializados pela colonialidade no território quilombola, no Brasil. A dependência dos sistemas educacionais aos princípios do estado, da comunidade e do mercado são confrontados com os anseios de emancipação social, cultural, moral e epistemológica. A partir de um estudo de caso qualitativo, o estudo aprofunda as práticas geradas no âmbito comunitário, para mostrar a tensão entre apropriação e violência desses coletivos. Reforça-se, assim, a Escola Pública, num contexto comunitário, portanto, centrada no território e encarando a perspetiva do conhecimento e da emancipação como eixos de uma

transformação necessária. Os resultados apontam lacunas na formação de professores em relação à cultura e aos saberes quilombolas, bem como a descontextualização dos currículos oferecidos; revela também a falta de parceria entre a escola (enquanto Estado) e a comunidade.

O quarto texto “O orçamento participativo das escolas: Um espaço de construção da democracia?”, da autoria de Pedro Abrantes, enquadra e discute o Orçamento Participativo das Escolas, um programa público desenvolvido, em Portugal, desde 2017, e apresenta alguns dos resultados da 5.ª edição do programa, realizada em 2021. Esta edição envolveu centenas de escolas, nas quais os/as estudantes participaram ativamente, elaborando propostas de melhoria e dinamizando o processo de votação. As propostas dos/as estudantes são predominantemente orientadas para o bem-estar e as sociabilidades, com enfoque nas atividades físicas e desportivas, nos equipamentos digitais, na sustentabilidade ambiental e na inovação educativa. Argumenta-se que o programa poderá promover a vida democrática nas escolas, desde que devidamente integrado no projeto educativo e nas práticas pedagógicas.

“(Im)possibilidades do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) no caminho da inclusão” é o quinto texto, escrito por Ana Cristina Batista e Isabel Fialho, e discute a adequação do PIEF às políticas educativas nacionais, em Portugal, que pretendem fomentar a inclusão nas escolas. Para o efeito, apresentam-se resultados de um estudo realizado em duas escolas, estando uma delas integrada num Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP); o estudo procurou conhecer a perspetiva de diferentes atores sobre o PIEF e identificar diferenças relacionadas com a contextualização específica das escolas. Pretendendo ser uma resposta educativa para situações de insucesso e abandono escolar por parte dos/as alunos/as, a implementação do PIEF caracteriza-se por diferenças relacionadas com a pertença ou não a um TEIP, quer em termos dos desafios educativos que coloca e as respostas que se constroem, quer em termos de recursos disponíveis; mas revelando-se, nos dois casos, uma tentativa de inclusão escolar e social a necessitar de um trabalho profundo de reflexão crítica que elucide os seus efeitos para a socialização escolar e a identidade atual e futura dos/as alunos/as.

O sexto e último texto, “Filosofia africana *ubuntu* na interface do direito universal à educação, ensino público e escola inclusiva”, de Ana Sofia Gonçalves, Felisberto Fragoso da Costa e Ana Paula Silva, apresenta um ensaio que pretende estabelecer um diálogo entre os princípios da Escola Inclusiva e os argumentos da filosofia africana *ubuntu*. Argumenta-se que esta filosofia é marcada por uma cosmovisão da pessoa focada em princípios da comunidade como a cooperação, a solidariedade e as relações intergeracionais, contrapondo-a a uma lógica neoliberal que, defende-se, configura hoje a Escola. Analisaram-se documentos sobre o tema da Inclusão, recolhidos no *síte* da UNESCO, e textos normativos da legislação portuguesa atual, salientando-se na sua discussão o processo longo, tenso e condicionado por interesses políticos, económicos e sociais, em conflito, que caracteriza hoje a inclusão escolar, e que distancia profundamente os discursos políticos e legislativos e as práticas educativas.

Este número temático da revista *Educação, Sociedade e Culturas, Escola Pública e Justiça em Educação: Um Lugar Democrático para a Transformação Social*, pretendeu constituir um espaço comunicacional, de divulgação de conhecimento científico produzido em diferentes realidades educacionais e instigador de uma reflexão heurística, mas também ética, sobre a Escola Pública, na atualidade, e sobre as possibilidades de esta se instituir como um *lugar social* efetivamente democrático. Esperamos que a diversidade de contextos, de metodologias e de perspectivas educacionais que caracteriza os artigos desta edição possa constituir referenciais pertinentes para outros estudos em desenvolvimento e provocar a problematização e o questionamento que motivem a realização de novos estudos.

Referências bibliográficas

- Condorcet, Nicolás (2001). *Cinco memorias sobre la instrucción pública y otros escritos*. Morata.
- Cortés González, Pablo, Rivas Flores, José Ignacio, & Leite Méndez, Analía Elizabeth (2023). *Escuela y transformación social: Otra mirada de la organización educativa*. Octaedro.
- Díaz Narbona, Inmaculada, & Rivas Flores, José Ignacio (2007). *Un nuevo modelo de mujeres africanas: El proyecto educativo colonial en el África occidental francesa*. CSIC- Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Esposito, Roberto (2003-2005). *Communitas. Origen y destino de la comunidad e Immunitas. Protección y negación de la vida*. Amorrortu.
- Hamilton, David (1989). *Towards a theory of schooling*. The Falmer Press.
- Pereira, Fátima (2013). Initial teacher education for social justice and teaching work in urban schools: An (im)pertinent reflection. *Alberta Journal of Educational Research*, 59(2), 162-180. <https://doi.org/10.11575/ajer.v59i2.55605>
- Pereira, Fátima (2019). Teacher education, teachers' work and justice in education: Third space and mediation epistemology. *Australian Journal of Teacher Education*, 44(3), 76-92. <https://doi.org/10.14221/ajte.2018v44n3.5>
- Pineau, Pablo, Dussel, Inés, & Caruso, Marcelo (2001). *La escuela como máquina de educar*. Paidós.
- Rivas Flores, José Ignacio (2010). Descolonizar la educación: Transformar la práctica docente desde una perspectiva crítica. In Pep Aparicio (ed.), *El poder de educar y de educarnos: Transformar la práctica docente desde una perspectiva crítica* (pp. 57-72). Ediciones del Crec.
- Rivas Flores, José Ignacio (2017). La escuela pública ante la diversidad educativa: Una perspectiva política de la justicia social en el sistema educativo. *Revista Internacional de Ciencias Sociales y Humanidades SOCIOTAM*, 27(1), 211-222.

Zufiaurre, Benjamin, & Hamilton, David (2015). *Cerrando círculos en educación*. Morata.